



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2019.0001077611

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1016142-22.2015.8.26.0007, da Comarca de São Paulo, em que é apelante JOSÉ AUGUSTO SANTOS CRUZ (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados EMPRESA DE TRANSPORTE PUBLIX LTDA e COMPANHIA MUTUAL SEGUROS.

ACORDAM, em 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores DAISE FAJARDO NOGUEIRA JACOT (Presidente sem voto), FÁBIO PODESTÁ E CARLOS DIAS MOTTA.

São Paulo, 17 de dezembro de 2019

MOURÃO NETO

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Apelação n. 1016142-22.2015.8.26.0007

Voto n. 19.511

Comarca: São Paulo (Foro Regional de Itaquera - 5ª Vara Cível)
Apelante: José Augusto Santos Cruz
Apeladas: Empresa de Transporte Publix Ltda. e Companhia Mutual Seguros (em liquidação extrajudicial)
MM. Juiz: *Daniel Fabretti*

Civil e processual. Ação de indenização por danos materiais, morais e estéticos decorrentes de acidente de trânsito, julgada improcedente. Pretensão à reforma manifestada pelo autor.

Responsabilidade objetiva da empresa de transporte coletivo, nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal. Alegação de culpa exclusiva da vítima não comprovada. Incapacidade permanente parcial e redução da capacidade laborativa comprovados, inclusive por perícia do IMESC. Lucros cessantes e pensão devidos. Fixação com parâmetro no auxílio-doença. Danos morais e estéticos. Indenização devida. Quantum indenizatório arbitrado consoante os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Procedência da lide principal que leva ao acolhimento da lide secundária, observados os limites da apólice, sem condenação da seguradora ao pagamento de verba sucumbencial nessa lide, porque não resistiu à intervenção no feito.

RECURSO PROVIDO EM PARTE.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

I – Relatório.

Consoante a petição inicial (fls. 1/17) e os documentos que a instruíram (fls. 18/34), no dia 22 de abril de 2014, por volta das 18h30min, na altura do número 41 da Rua Industrial, Vila Prudente, em São Paulo (SP), a motocicleta marca Honda, modelo NXR 150 BROS KS, placa EFG 5280, conduzido por José Augusto Santos Cruz, ora apelante, colidiu frontalmente com o ônibus marca Mercedes Benz Induscar, modelo Apache A, placa DJC 8760, de propriedade de Empresa de Transporte Publix Ltda. e conduzido por Renata Gonçalves Guerreiro Santos, a qual invadiu a pista em que estava o motociclista.

Além dos danos na motocicleta, o autor sofreu fratura no fêmur esquerdo e na bacia, sendo submetido à cirurgia, resultando em sequelas que comprometeram seu patrimônio físico.

Tendo em vista esses fatos, José Augusto Santos Cruz instaurou esta demanda, requerendo a condenação da Empresa de Transporte Publix Ltda ao pagamento: (i) de indenização pelas despesas de tratamento; (ii) de lucros cessantes “*pelo período em que ficou sem trabalhar*”; (iii) de indenização pela redução da capacidade de trabalho; e (iv) de indenização por danos morais e estéticos, “*mas que não seja inferior R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)*”.

A ré ofereceu contestação (fls. 39/61), acompanhada de documentos (fls. 62/77), formulando pedido de denunciação da lide à Companhia Mutual Seguros. No mérito, pugnou pela improcedência da demanda, refutando a versão dos fatos narrada na exordial, aduzindo que o autor “*conversava ao telefone celular no momento em que conduzia a motocicleta*”, argumentando, assim, a ausência de nexo causal, imputando a culpa exclusiva à vítima. Rechaçou, ainda, os danos emergentes, a pensão vitalícia, os lucros cessantes, a cumulação do dano moral com o estético.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Deferido o pedido de denunciação da lide (fls. 90), a corré Companhia Mutual de Seguros apresentou contestação (fls. 98/128), instruída com documentos (fls. 129/161), primeiro informando a decretação de sua liquidação extrajudicial. No tocante à lide secundária, discorreu sobre: (i) a ausência de cobertura do acidente, alegando que não houve a contratação do seguro referente à cobertura de riscos a terceiros não transportados; (ii) a impossibilidade de condenação em verba sucumbencial, ante a ausência de resistência na denunciação da lide; (iii) inexistência de cobertura para danos morais. No mérito da lide principal, requereu a improcedência da demanda, reafirmando a culpa exclusiva do autor. Ainda, refutou os pedidos autorais de pensão, lucros cessantes, danos materiais, morais e estéticos. *Ad cautelam*, teceu considerações sobre a correção monetária e a incidência de juros referentes ao dano corporal.

A decisão de fls. 181/182 deferiu a produção das provas requeridas pelas partes, determinando a realização de perícia médica pelo Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo – IMESC, consignando que oportunamente seria designada audiência de instrução.

Na fase probatória o autor foi submetido a exame médico pelo IMESC, conforme laudo entranhado a fls. 321/333, a respeito do qual as partes se pronunciaram (fls. 336/346), foi colhido o depoimento pessoal do autor e foram ouvidas duas testemunhas (fls. 366/367, 400/401 e 410/417).

Apresentadas as alegações finais (fls. 423/426, 427/437 e 439/444), veio a lume a sentença hostilizada, que julgou a demanda improcedente, por ausência de elementos de prova que demonstrassem quem, afinal, foi o culpado pelo acidente. Os ônus sucumbenciais foram imputados ao demandante, sendo condenado ao pagamento das custas e despesas processuais, juntamente com os honorários advocatícios aos patronos da ré, que foram



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa atualizado, com a ressalva dos benefícios da justiça gratuita (fls. 445/451).

A companhia de seguros manejou contra a sentença embargos de declaração (fls. 453/455), acolhidos pela decisão de fls. 466/467, para, com base no “*princípio da causalidade*”, condenar “*o réu/denunciante ao pagamento das custas e despesas processuais referentes à lide secundária, bem como ao pagamento de honorários advocatícios dos patronos da seguradora denunciada, estes fixados em R\$ 1.000,00 com fundamento no artigo 85, § 8º do Código de Processo Civil*”. Novamente a sentença foi embargada pela seguradora (fls. 469/471), todavia os embargos de declaração foram rejeitados pela decisão de fls. 472.

Inconformado com a solução conferida à lide, o autor interpôs esta apelação, que busca a reforma integral da sentença, a fim de que a ação seja julgada procedente, com a inversão dos ônus da sucumbência, nos termos das razões recursais de fls. 457/465.

Contrarrazões da ré a fls. 474/506 e da denunciada a fls. 480/506, que veio com documentos (fls. 507/514), ambas pugnando pela manutenção da sentença vergastada.

II – Fundamentação.

Esta apelação pode ser conhecida, uma vez que preenche os pressupostos de admissibilidade, comportando, ademais, provimento em parte.

De início, cumpre deixar assentado que é fato incontroverso a ocorrência de acidente de trânsito, que se deu no dia 22 de abril de 2014, envolvendo o autor, que guiava uma motocicleta, e o ônibus de propriedade da ré.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Pois bem.

A controvérsia deve ser dirimida à luz do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal preceitua que “*as pessoas jurídicas de direito público e as de **direito privado prestadoras de serviços públicos** responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa*” (sem grifo no original).

A propósito desse dispositivo constitucional, José Afonso da Silva informa que “*não se cogitará da existência ou não de culpa ou dolo do agente para caracterizar o direito prejudicado à composição do prejuízo, pois a obrigação de ressarcir-lo por parte da Administração ou entidade equiparada fundamentando-se na doutrina do risco administrativo*” (Comentário contextual à Constituição. São Paulo: Malheiros Editores, 2005. Página 349).

No mesmo sentido, Rui Stoco ensina que “*tanto a Carta Magna (art. 37, § 6º) como o Código Civil (art. 43) abraçaram a teoria da responsabilidade objetiva do Estado escorada na teoria do risco administrativo mitigado, de sorte que este se obriga a reparar o dano causado por seus agentes, independentemente de culpa, mas assegurado o direito de regresso contra o causador direto desse dano, desde que demonstrado ter ele agido com dolo ou culpa*” (Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência. 9ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. Tomo II, página 74).

Adiante, o autor preleciona que “*a teoria do risco administrativo estabelece o princípio da responsabilidade objetiva mitigada ou temperada, ou seja, que permite a discussão em torno de causas outras que excluam a responsabilidade do Estado, nas hipóteses de inexistência do elemento causal ou nexo de causalidade*”, acrescentando que “*as causas clássicas de exclusão da responsabilidade são: a) caso fortuito ou força maior, deixando de lado a discussão acerca do entendimento de que constituem a mesma coisa; e b) culpa exclusiva da vítima, pois são as únicas a romper o liame causal entre a atuação do Estado e o dano verificado*” (obra citada, páginas 80 e 83).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Ressalte-se que a culpa exclusiva de terceiro também tem o condão de afastar a responsabilidade do estado, na medida em que rompe “*o liame causal entre a atuação do estado e o dano verificado*”.

Destaque-se, ainda, que nas ações indenizatórias propostas em face das pessoas elencadas artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, cabe à vítima a prova do dano e do “*liame causal entre a atuação do estado e o dano verificado*”, ficando a cargo daquelas pessoas a prova de eventual excludente de responsabilidade.

Não se pode deixar de registrar, ademais, tendo em vista que o acidente não envolveu passageiro, que o C. Supremo Tribunal Federal definiu que “*a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal*”, com o acréscimo de que “*a inequívoca presença do nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não-usuário do serviço público, é condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado*” (Tribunal Pleno – Recurso Extraordinário n. 591.874/MS – Relator Ministro Ricardo Lewandowski – Acórdão de 26 de agosto de 2009, publicado no DJE de 17 de dezembro de 2009).

No caso concreto, partindo dessas premissas, impõe-se o reconhecimento da responsabilidade indenizatória da demandada, uma vez que inegável o nexo de causalidade, bastando para chegar a essa conclusão verificar o que foi exposto no laudo pericial do IMESC, como segue: “*podemos concluir, portanto, que os achados de Exame Físico e Subsidiários estão em conformidade com os sintomas relatados e estabelecem nexo com o acidente narrado*” (fls. 332, negritou-se).

Por outro lado, a empresa de ônibus não logrou comprovar nenhuma das causas excludentes de sua responsabilidade, mais especificamente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

a alegada culpa exclusiva da vítima, uma vez que utilizaram apenas a tese que o apelante estaria distraído devido ao uso de aparelho celular, sendo que restou claro a não comprovação desse fato, tendo em vista os depoimentos testemunhais.

Cumpre mencionar que as versões sobre o acidente de trânsito são conflitantes, uma vez que o apelante impõe a culpa exclusiva à preposta da demandada e esta, por sua vez, alega o inverso, de modo que mesmo com as provas acostadas aos autos, não é possível identificar a parte que deu ensejo ao acidente.

Note-se que o boletim de ocorrência a fls. 23/27, por mais que possua fé pública, restou claro que foi efetuado de modo unilateral, visto que foi colhido apenas o depoimento da condutora do ônibus da ré, a qual informou aos oficiais que o motociclista *“estaria falando ao celular e distraído, invadiu a contramão e se chocou de frente”*.

Nas peças de defesas das apeladas, estas se prendem ao depoimento da condutora do ônibus, imputando, então, ao acidente, culpa exclusiva da vítima, alegando o cometimento de infrações de trânsito.

Todavia, o apelante contesta tal alegação, aduzindo, em seu depoimento pessoal (fls. 410/411), que teria utilizado o aparelho celular antes de dar início ao seu trajeto e que ele se encontrava em seu bolso.

Não obstante, as duas testemunhas do autor, Reginaldo Coelho do Nascimento e Antônio Souza de Carvalho, informaram que não havia nenhum celular no chão.

Diante disso, a sentença proferida pelo Juízo *a quo* merece reforma, pois, por mais que não seja possível concluir com segurança qual parte deu ensejo ao acidente, a demanda só poderia ser julgada improcedente se



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

constatada culpa exclusiva da vítima — uma vez que comprovado o nexo causal.

Nesse contexto, forçoso reconhecer a responsabilidade da ré pela reparação dos danos sofridos pelo autor, em razão do cenário de elementos de convicção que não autorizam segurança quanto à ocorrência de culpa exclusiva da vítima, circunstância que conduz, necessariamente, à procedência da pretensão indenizatória, pois a incerteza milita contra quem tem responsabilidade objetiva e não contra o ofendido.

Firmada a responsabilidade da empresa de ônibus, cumpre examinar os pedidos formulados pelo autor.

A jurisprudência pátria entende que lesões corporais decorrentes de acidente geram, sim, danos morais, como se pode conferir nestes precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça: (a) 3ª Turma — Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial n. 460.110/SC — Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva — Acórdão de 15 de maio de 2014, publicado no DJE de 22 de maio de 2014; e (b) 2ª Turma — Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial n. 477.138/MS — Relator Ministro Humberto Martins — Acórdão de 1º de abril de 2014, publicado no DJE de 7 de abril de 2014.

Essa orientação é mesmo inexorável, tendo em vista o próprio conceito do instituto.

Na lição de Jorge Bustamante Alsina, o dano moral pode ser definido “*como a lesão aos sentimentos que determina dor ou sofrimentos físicos, inquietação espiritual, ou agravo às afeições legítimas e, em geral, toda classe de padecimentos insuscetíveis de apreciação pecuniária*” (*apud* Rui Stoco. Tratado de responsabilidade civil. 9ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. Tomo II, página 933).

De acordo com Yussef Said Cahali, dano moral “*é a dor resultante da violação de um bem juridicamente tutelado, sem repercussão patrimonial*”,

ênfatizando que ela pode ser classificada como “*dor física dor-sensação, como a denominada Carpenter nascida de uma lesão material*” ou “*dor moral dor-sentimento, de causa imaterial*” (Dano moral. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. Página 28).

E conforme Antônio Jeová Santos, “*o que configura o dano moral é aquela alteração no bem-estar psicofísico do indivíduo*”, de modo que, “*se do ato de outra pessoa resultar alteração desfavorável, aquela dor profunda que causa modificações no estado anímico, aí está o início da busca do dano moral*” (Dano moral indenizável. 4ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. Páginas 94/95).

Cumpra salientar que na hipótese vertente, conforme Rodrigues Wambier e Tereza Arruda Alvim Wambier “*a prova efetiva do dano pode ser afastada porque qualquer homem médio que tivesse passado pela situação da vítima do dano teria experimentado as mesmas sensações (a mesma dor, o mesmo sofrimento etc.)*” (A prova do dano moral da pessoa jurídica. Revista Jurídica, Porto Alegre: Notadez, número 317, ano 52, páginas 7-13).

No que se refere ao *quantum* indenizatório, Rui Stoco ensina que se trata de “*questão verdadeiramente angustiante*”, na consideração de que o dano moral, “*ao contrário do dano material – que se afere em função do dano emergente (aquilo que efetivamente se perdeu) e do lucro cessante (aquilo que se deixou de ganhar) e, portanto, mostra-se matematicamente aferível –, não traduz um desfalque ao patrimônio, nem diminuição alguma*”. Adiante, o doutrinador leciona que a tendência moderna “*é a aplicação do binômio punição [embora seja mais adequado falar em caráter pedagógico e não em caráter punitivo] e compensação, ou seja, a incidência da teoria do valor do desestímulo (caráter punitivo da sanção pecuniária) juntamente com a teoria da compensação, visando destinar à vítima uma soma que compense o dano moral sofrido*”, acrescentando que “*parte da doutrina também faz menção ao binômio punição e prevenção, como Caio Mário, Carlos Alberto Bittar, Sergio Cavallieri Filho e Antônio Jeová Santos*” (Tratado de

responsabilidade civil. 9ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. Tomo II, páginas 991 e 993).

No caso concreto, levando em conta o caráter dúplici da indenização (pedagógico e compensatório), assim como as consequências do acidente¹, afigura-se razoável o *quantum* indenizatório sugerido pelo apelante – R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) –, que representa significativo conforto material para os ofendidos, sem enriquecê-los indevidamente, e convida a ofensora a aprimorar sua conduta, para evitar danos a outrem.

Assim, cumpre deferir a indenização por danos morais no valor requerido pelo autor (R\$ 30.000,00), abrangendo, ainda, os danos estéticos que lhes foram causados, os quais, de acordo com o perito, correspondem ao nível 4 (quatro) de 6 (seis) (fls. 330).

Sobre o valor ora arbitrado incidirá correção monetária pela Tabela Prática disponível no sítio deste E. Tribunal de Justiça, observada, quanto ao termo inicial, a Súmula n. 362 do C. Superior Tribunal de Justiça: “*a correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento*”. Também incidirão juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados do evento danoso, *ex vi* da Súmula 54 do mesmo tribunal de sobreposição: “*os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual*”.

O pedido “b.1” (“*indenização pelas despesas de tratamento já havidas*”

¹ O laudo do Instituto Médico Legal – IML afirma que o autor sofreu fratura de fêmur esquerdo, classificando como grava a lesão, pela incapacidade para as atividades habituais por mais de 30 (trinta) dias (fls. 29). O laudo do IMESC (fls. 321/333) também informa que “*o Autor sofreu trauma ao nível do fêmur esquerdo sofrendo fratura exposta do fêmur esquerdo*”, que “*evoluiu com osteomielite crônica do fêmur esquerdo e osteoartrose da articulação do joelho esquerdo*” (fls. 328), dando conta, ainda, de que a lesão deixou sequelas “*morfo-funcionais*”, comprometendo “*patrimônio físico do periciando (...) em 15%, por analogia a Tabela de Indenização da SUSEP*” (fls. 332), apontando, ademais, *quantum doloris* de nível 5 (cinco) de um total de 6 (seis) (fls. 329).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

(...), conforme apurado em posterior liquidação”) não merece acolhimento, ante a ausência de documentos comprobatórios dos referidos gastos. (É certo que é lícito formular pedido genérico “quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato”, conforme inciso II, § 1º, do artigo 324 do Código de Processo Civil, todavia, em se tratando de “despesas já havidas”, deveria o demandante tê-las comprovado).

O pagamento de lucros cessantes é devido, porque o apelante ficou temporariamente incapacidade para o trabalho, desde a ocorrência do acidente (22 de abril de 2014) até o último dia do recebimento do auxílio-doença (13 de dezembro de 2015) (fls. 31).

Os lucros cessantes devem ser calculados com base no valor do auxílio-doença, qual seja, R\$ 1.488,39 (mil quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta e nove centavos) (fls. 32), corrigidos monetariamente desde cada vencimento e acrescidos de juros de mora desde a data do evento danoso.

Ademais, o artigo 950 do Código Civil prevê que “se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu. apelante também deve receber pensão”.

No caso em exame, o laudo do IMESC apontou que a capacidade laborativa do autor foi reduzida em 15% (quinze por cento) (fls. 332), sendo devida, portanto, pensão nesse percentual, incidente sobre o valor do auxílio-doença (R\$ 1.488,39).

O termo inicial da pensão é data do sinistro (22 de abril de 2014), enquanto o termo final, 18 de agosto de 2043, data em que o autor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

completará 75 (setenta e cinco) anos.

A pensão será paga em parcela única, como permite o parágrafo único, do artigo 950, do Código Civil, incidindo a correção monetária e os juros de mora da data do evento danoso.

Tendo em vista a solução conferida à lide, os ônus da sucumbência devem ser imputados à empresa demandada, por força dos artigos 82, § 2º, e 85, *caput*, do Código de Processo Civil. Os honorários devidos pela ré ao advogado do autor ficam arbitrados em 15% (quinze por cento) do valor corrigido da condenação, considerando a duração da causa e o trabalho desenvolvido no período pelo causídico.

Julgada parcialmente procedente a lide principal, segue-se que a lide secundária também deve ser acolhida, com a condenação da seguradora denunciada ao ressarcimento dos valores que forem despendidos pela ré denunciante, **observados, por certo, os limites da apólice.**

Anote-se, ademais, que a companhia de seguros se encontra em regime de liquidação extrajudicial (com as consequências jurídicas daí advindas), **circunstância que também será levada em conta na fase de cumprimento da sentença.**

Registre-se, ainda, que não há que se cogitar na condenação da seguradora denunciada ao pagamento de honorários advocatícios na lide secundária, uma vez que não ofereceu resistência a sua intervenção no feito.

Com efeito, o C. Superior Tribunal de Justiça firmou orientação no sentido de que “*a falta de resistência à denunciação da lide enseja o não cabimento de condenação da denunciada em honorários advocatícios quando sucumbente o réu denunciante*” (4ª Turma – Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial n. 486.348/SC – Relator Ministro Luís Felipe Salomão – Acórdão de 8 de maio de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

2014, publicado no DJE de 22 de maio de 2014).

Ainda: (a) 4ª Turma – Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial n. 508.160/MG – Relator Ministro Antônio Carlos Ferreira – Acórdão de 18 de agosto de 2015, publicado no DJE de 24 de agosto de 2015; e (b) 4ª Turma – Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial n. 1.015.213/SP – Relator Ministro Raul Araújo – Acórdão de 22 de agosto de 2017, publicado no DJE de 14 de setembro de 2017.

No mesmo sentido, deste E. Tribunal de Justiça: (a) 23ª Câmara de Direito Privado – Apelação n. 0049687-41.2009.8.26.0224 – Relator Paulo Roberto de Santana – Acórdão de 15 de outubro de 2014, publicado no DJE de 4 de novembro de 2014; (b) 3ª Câmara Extraordinária de Direito Público – Apelação n. 9134508-12.2009.8.26.0000 – Relator Cláudio Marques – Acórdão de 26 de agosto de 2014, publicado no DJE de 2 de outubro de 2014; e (c) 32ª Câmara de Direito Privado – Apelação n. 9092794-14.2005.8.26.0000 – Relator Luís Fernando Nishi – Acórdão de 21 de julho de 2011, publicado no DJE de 27 de julho de 2011.

III – Conclusão.

Diante do exposto, **dá-se provimento parcial ao recurso**, para o fim de julgar procedente em parte a lide principal e acolher a lide secundária, tudo nos moldes delineados e nos termos da fundamentação supra.

MOURÃO NETO
Relator
(assinatura eletrônica)